



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANIA MINAS GERAIS - BRASIL

Serrania, 09 de janeiro de 2017

À
Câmara Municipal de Serrania.
At.: Sr. Rodrigo Gonçalves Faria Dias.

Estamos encaminhando-lhe parecer técnico conforme solicitação:

a) Assunto: Prestação de serviços técnicos para desenvolvimento, manutenção e hospedagem do site da Câmara Municipal de Serrania com dispensa de licitação.

b) Pesquisa:

- Lei 8.666/93;

c) Análise:

Em resposta a solicitação da Presidência da Câmara Municipal sobre a Prestação de serviços técnicos para desenvolvimento, manutenção e hospedagem do site da Câmara Municipal de Serrania com dispensa de licitação. Alguns pontos, relacionados a seguir, merecem considerações na resposta ao questionamento em questão:

- **Lei n.º 8.666/93:**

1. A presente dispensa de licitação tem como fundamento Inciso II e IV, do Artigo 24 da Lei Federal n.º 8666/93, que prevê a Dispensa de Licitação para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; A dispensa é autorizada pela Lei, ou em razão do valor (incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93), ou em razão da natureza do negócio pretendido (demais incisos do referido preceito legal).
2. A dispensa de licitação, no caso em questão, é proveniente do seguinte fato:

A Câmara Municipal de Serrania figura como interessada nos processos criminais n.º 0016 160131898-8 e 0016 16 013660-8 em trâmite na Comarca de Alfenas (MG) em que foram afastados judicialmente de suas funções os servidores Fabiano Dias Moreira e Emerson Moreira de Sousa. Comprova-se que quando os novos membros da Casa



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANIA MINAS GERAIS - BRASIL

Legislativa assumiram seus mandatos (2017/2020), o referido sistema de informática já estava inutilizado.

Assim, a é imprescindível a contratação da referida prestação para atender e suprir as necessidades das atividades informativas do Poder Legislativo Municipal.

3. Nota-se que a licitação em qualquer modalidade, demanda prazos legais mais alargados, tornando imprevisível o prazo final para o procedimento de licitação, fato que posterga ainda mais a efetivação da contratação definitiva para objeto em pauta no exercício financeiro, que, enfatizese, não pode parar, pois, acarretaria atraso nos serviços pertinentes a esta Casa Legislativa.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” e no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

O art. 24, II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

“Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do artigo anterior**, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites*, tendo em vista o valor estimado da contratação:
(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:
a) convite – até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);”

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme consta nos autos do processo, para realizar a presente contratação.

A empresa referida oferece um valor abaixo do estimado nos artigos supra citados, sendo inferior aos 10% (dez por cento) do referido valor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANIA MINAS GERAIS - BRASIL

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)¹, “A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório. Assim sendo, atendido o disposto nos artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da mesma lei, apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

Contudo, a contratação direta por dispensa de licitação se submete a um procedimento administrativo como regra, ou seja, ausência de licitação não equivale à contratação informal realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível. Somente em hipóteses determinadas pela lei é que a Administração está autorizada a contratar sem o cumprimento destas formalidades, como nos casos de emergência tão grave, que a demora pusesse em risco a satisfação do interesse público.

A contratação encontra-se dentro do limite de dispensa estabelecido no art.24, II, da Lei 8.666/93, para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez, verificamos a legalidade da contratação mediante a escolha da melhor proposta dentre as constantes nos autos.

d) Conclusão:

Assim, por se tratar de aquisição cujo valor não supera os 10% previstos no artigo 23, II, “a”, da Lei n. 8.666/93, é dispensável o processo licitatório, segundo a literalidade do artigo 24, inciso II, supracitado.

Diante do exposto, ante a adoção de medidas internas que instruem a formalização do procedimento de dispensa de licitação, concluímos pela



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRANIA MINAS GERAIS - BRASIL

legalidade da contratação direta com fundamento no art.24, II, da Lei 8.666/93, bem como nos termos do inciso IV do art. 24 do referido diploma legal, eis que caracterizada a emergência na aquisição dos referidos serviços para a realização dos trabalhos do Legislativo Municipal.

É o parecer.

Andréa M. Pontes Silva
OAB/MG 88.390

